

Processo: **01013-2006-015-10-00-4 RO** (Acórdão 1ª Turma)  
Origem: 15ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF  
Juiz(a) da Sentença: Marlos Augusto Melek  
Relator: Desembargador André R. P. V. Damasceno  
Revisora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães  
Redatora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães  
Julgado em: **21/11/2007**  
Publicado em: **07-Dez-2007**  
Recorrente: Auto Posto Gasol Ltda.  
Advogado: Marcelo Luiz Ávila de Bessa  
Recorrido: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região  
Advogado: Daniela de Moraes do Monte Varandas  
Recorrido: Cal Combustíveis Automotivos Ltda.  
Advogado: Guilherme Rodrigues  
Recorrido: Canaã Combustíveis para Veículos Ltda.  
Advogado: Guilherme Rodrigues  
Recorrido: Conver Combustíveis Veículos e Representações Ltda.  
Advogado: Guilherme Rodrigues  
Recorrido: Gasol Combustíveis Automotivos Ltda.  
Advogado: Guilherme Rodrigues  
Recorrido: Gasol Combustíveis Automotivos Ltda.  
Advogado: Guilherme Rodrigues  
Recorrido: Lubrificantes Gasol Indústria e Comércio Ltda.  
Advogado: Guilherme Rodrigues  
Recorrido: Melhor Posto de Serviços Ltda.  
Advogado: Guilherme Rodrigues

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães**

#### **EMENTA**

LEGITIMIDADE. SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO DF. Diante do decidido pela egr. 1ª Seção Especializada no DC 00190-2007-000- 10-00-5 na sessão de 13.11.2007, o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do DF ostenta a condição de legítimo representante da categoria dos empregados em postos de gasolina do DF. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESFILIAÇÃO SINDICAL. COAÇÃO.** Comprovada a prática de coação, por parte do Grupo Gasol, que culminou na **desfiliação em massa** dos seus empregados do sindicato representativo da categoria profissional, caracterizando "interferência ilícita do empregador em relação a liberdade sindical de seus empregados" (Juiz Marlos Augusto Melek), forçosa a manutenção da r. sentença que julgou procedente a presente ação civil pública.